



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
*Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões*

149  
E

**1ª Câmara de Direito Público**

**Embargos de Declaração nº 0233320-2 (N.P.U. 0001810-79.2011.8.17.0000)**

**Embargante: Estado de Pernambuco**

**Embargado: Clarice de Sá Nascimento**

**Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões**

**EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. RECURSO DE AGRAVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. TERMO INICIAL DE INCIDÊNCIA DA CORREÇÃO MONETÁRIA E DOS JUROS MORATÓRIOS SOBRE A INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. PREQUESTIONAMENTO. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO NA DECISÃO EMBARGADA.** 1. Não há qualquer omissão, obscuridade ou contradição na decisão embargada. Na verdade, o embargante está pretendendo rediscutir a questão, o que não se admite em sede de embargos declaratórios. 2. As questões em tela foram devidamente enfrentadas, e os fundamentos da decisão são suficientes para dar suporte e motivação ao entendimento firmado pelo então relator do recurso, que analisou os artigos suscitados pelo embargante, concluindo que o acórdão não alterou a decisão recorrida, quanto ao valor da indenização deferida. Com efeito, o juízo monocrático deferira a indenização em valor correspondente a 500 salários mínimos. Este valor, nos termos da Lei 10.699/2003, que fixou o salário mínimo em R\$ 240,00, era, exatamente, R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais). 3. O fato de o acórdão haver substituído os termos da decisão *a quo* (500 salários mínimos) por sua expressão monetária (R\$ 120.000,00) não configura, obviamente, alteração do *quantum* indenizatório. 4. Para fins de prequestionamento, o acolhimento dos embargos de declaração pressupõe a existência de alguns dos vícios descritos no art. 535 do CPC (omissão, contradição ou obscuridade), o que não é o caso dos autos. 5. Embargos de declaração improvidos. Decisão Unânime.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos dos Embargos de Declaração nº 0233320-2, em que são partes as acima indicadas, acordam os Excelentíssimos Desembargadores que compõem a Primeira Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de Pernambuco, por unanimidade de votos, em negar provimento aos Embargos de Declaração, nos termos do voto do Relator, estando

*BRK*



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
*Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões*

tudo de acordo com as notas Taquigráficas, votos e demais peças que passam a integrar este julgado.

Recife, 24/09/13.

  
**Des. Erik de Sousa Dantas Simões**

**Relator**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
*Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões*

151  
JP

**1ª Câmara de Direito Público**

**Embargos de Declaração nº 0233320-2 (N.P.U. 0001810-79.2011.8.17.0000)**

**Embargante: Estado de Pernambuco**

**Embargado: Clarice de Sá Nascimento**

**Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões**

**RELATÓRIO**

Trata-se de Embargos de Declaração opostos em face de acórdão que negou provimento, por maioria de votos, ao Recurso de Agravo nº 0233320-2, interposto contra Decisão Terminativa que deu provimento ao agravo de instrumento, a fim de determinar que o termo *a quo* da incidência da correção monetária haverá de ser a data da prolação da sentença, portanto, 26 de agosto de 2003.

Sustenta o recorrente, em suma, que o julgado foi omissivo em relação ao dispositivo de lei consubstanciado no artigo 512, *caput*, CPC, segundo o qual o julgamento proferido pelo tribunal substituirá a sentença ou a decisão recorrida no que tiver sido objeto de recurso.

Requere, outrossim, a expressa manifestação acerca de preceitos infraconstitucionais, indispensáveis à compreensão da controvérsia, mais especificamente o disposto nos artigos 512, 475, inciso I e 745 do CPC.

Pugna, ainda, pelo acolhimento dos presentes Aclaratórios, com os efeitos daí decorrentes, com especial finalidade de cumprir as exigências do prequestionamento, contidas nas Súmulas 282 e 356 do STF

A parte embargada apresentou suas contrarrazões às fls. 143/145.

É o relatório.

Recife, 24 de setembro de 2013.

  
Des. Erik de Sousa Dantas Simões

**Relator**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

152  
P

**1ª Câmara de Direito Público**

**Embargos de Declaração nº 0233320-2 (N.P.U. 0001810-79.2011.8.17.0000)**

**Embargante: Estado de Pernambuco**

**Embargado: Clarice de Sá Nascimento**

**Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões**

**VOTO**

Os presentes Aclaratórios foram intentados com o escopo de que sejam prequestionados os dispositivos violados por esta Corte de Justiça local, dando ensejo à interposição dos recursos excepcionais.

A questão deduzida no recurso não condiz com quaisquer das hipóteses previstas no art. 535 do Código de Processo Civil, pois o embargante pretende apenas a rediscussão da matéria *sub judice*.

Com efeito, observa-se que não há qualquer omissão, obscuridade ou contradição na decisão embargada. Na verdade, o embargante está pretendendo rediscutir a questão, o que não se admite em sede de embargos declaratórios.

Sustenta o embargante que a decisão fustigada é omissa em relação ao dispositivo de lei consubstanciado no artigo 512, *caput*, CPC, segundo o qual o julgamento proferido pelo tribunal substituirá a sentença ou a decisão recorrida no que tiver sido objeto de recurso.

Requere, outrossim, a expressa manifestação acerca de preceitos infraconstitucionais, indispensáveis à compreensão da controvérsia, mais especificamente o disposto nos artigos 512, 475, inciso I e 745 do CPC.

Ocorre que, ao contrário do alegado pela parte embargante, quanto às supostas omissões, as questões em tela foram devidamente enfrentadas, e os fundamentos da decisão são suficientes para dar suporte e motivação ao entendimento firmado pelo então relator do recurso, que entendeu que no caso dos autos, o acórdão não alterou a decisão recorrida, quanto ao valor da indenização deferida. Com efeito, o juízo monocrático deferira a indenização em valor correspondente a 500 salários mínimos. Este valor, nos termos da Lei 10.699/2003, que fixou o salário mínimo em R\$ 240,00, era, exatamente, R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais).

*GRM*



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
*Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões*

O fato de o acórdão haver substituído os termos da decisão *a quo* (500 salários mínimos) por sua expressão monetária (R\$ 120.000,00) não configura, obviamente, alteração do *quantum* indenizatório.

Assim, não tendo havido alteração do julgado no particular, o termo *a quo* da incidência da correção monetária haverá de ser a data de prolação da sentença, portanto 26 de agosto de 2003.

Esse é o entendimento desta Corte de Justiça, conforme abaixo se vê nos seguintes julgados:

**“PROCESSO CIVIL. AGRAVO LEGAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. DANOS MORAIS. REDUÇÃO DO QUANTUM EM SEDE DE APELO. CORREÇÃO MONETÁRIA. TERMO INICIAL.** 1. A súmula n.º 362 do Superior Tribunal de Justiça dispõe: “A correção monetária do valor da indenização do dano moral incide desde a data do arbitramento”. 2. Entende-se como “data do arbitramento”, o momento processual em que foi verificada a existência do dano moral com sua consequente condenação. 3. O acórdão do apelo apenas, e tão somente, reduziu o valor da indenização, mantendo-se em sua totalidade o restante da sentença, permanecendo o termo inicial da correção monetária conforme fixado na decisão de primeiro grau. 4. Agravo Legal não provido”. (258397901 PE 0003995-56.2012.8.17.0000, Relator: Agenor Ferreira de Lima Filho, Data de Julgamento: 02/05/2012, 5ª Câmara Cível, Data de Publicação: 84)

**“PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. SILÊNCIO DO ARESTO QUANTO AO TERMO INICIAL DE INCIDÊNCIA DA CORREÇÃO MONETÁRIA E DOS JUROS MORATÓRIOS SOBRE A INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. NECESSÁRIA COMPLÇÃO. PROVIMENTO PARCIAL DO RECURSO.** Tendo o acórdão silenciado quanto ao dies *a quo* de incidência da correção monetária e dos juros moratórios sobre a indenização por danos morais, pertinente o manejo dos aclaratórios para sua complementação, ainda que não efetuada nos exatos termos pretendidos pelo Embargante; Acréscimo dos seguintes itens ao aresto: “Na indenização por dano moral, o termo inicial da correção monetária é a data do julgamento em que o valor foi fixado” e “Tratando-se de danos morais decorrentes de relação contratual, os juros de mora incidem a partir da data da citação” (121695 PE

*BAK*



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
*Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões*

01216951, Relator: Cândido José da Fonte Saraiva de Moraes, Data de Julgamento:  
06/05/2009, 2ª Câmara Cível, Data de Publicação: 88)

Assim sendo, saliento que mesmo para fins de prequestionamento, o acolhimento dos embargos de declaração pressupõe a existência de alguns dos vícios descritos no art. 535 do CPC (omissão, contradição ou obscuridade), o que não é o caso dos autos.

O prequestionamento, aliás, não criou nova espécie de recurso, não estando o juiz obrigado a examinar cada dispositivo legal, bastando que examine as questões jurídicas debatidas nos autos.

Dessa feita, estando satisfatoriamente fundamentado o posicionamento adotado pelo julgador da presente ação, e, portanto, ausente a necessidade de esclarecimentos no julgado recorrido, improperam as razões da parte-embargante.

Por tais razões, nego provimento aos embargos declaratórios.

É como voto.

Recife, 24/09/13.

  
Des. Erik de Sousa Dantas Simões

Relator